

Unidade e diversidade na educação

A base curricular comum é um avanço.
Mas não pode se tornar uma enciclopédia

Guiomar Namó de Mello

A versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que o Ministério da Educação (MEC) apresentou ao país em 16 de setembro, representa um passo adiante no esforço pela melhoria da qualidade da educação básica brasileira. O Brasil precisa que as escolas, os educadores, as famílias e a sociedade saibam o que cada aluno deve aprender.

Não cabe aqui uma avaliação do material recém-publicado pelo MEC. Mas vale a pena contextualizar o significado da iniciativa. A BNCC é uma política que expressa um projeto de nação. Vai permitir traçar o perfil social, intelectual, econômico e político dos que tomarão a encargo a construção do país no futuro. Facilitará o alinhamento das demais políticas de formação e da carreira docente, de materiais didáticos e tecnológicos e de definição de prioridades.

É importante também dizer o que a BNCC não é. Não é a solução de todos os problemas da educação brasileira. É um alinhamento da maior importância, mas sem bons professores e escolas em boas condições para trabalhar não será resolvido o problema de má qualidade do ensino básico. Políticas educacionais precisam ser implementadas e financiadas corretamente para serem efetivas.

Também não é um currículo, é uma base curricular. É a indicação das aprendizagens esperadas em termos de competências e habilidades que todo aluno deve constituir e dos conhecimentos que dão substância a essas competências e habilidades. Um currículo é muito mais que isso. Inclui a metodologia, os materiais, o tra-

tamento contextualizado dos conhecimentos, as ações de apoio e o preparo dos professores. Inclui também inovações pedagógicas, o uso das tecnologias, os projetos para inter-relacionar temas, os projetos de ensino e pesquisa.

Enfim, a base é um núcleo em torno do qual se distribuem todos os componentes do currículo de uma escola ou de uma rede. Tudo que vai além da BNCC é o espaço de autonomia dos Estados, municípios e escolas.

Esse último aspecto da BNCC é da maior relevância. Para países federativos de grande dimensão territorial e diversidade regional e cultural como o Brasil, as decisões sobre currículo não são fáceis. E assumem complexidade ainda maior do ponto de vista político quando à diversidade se agregam as desigualdades econômicas e sociais.

O Brasil, como outros países, enfrentou essa difícil tarefa curricular com os recursos e procedimentos disponíveis no tempo histórico. A prática curricular mais recorrente foi relacionar os conhecimentos a serem ensinados na forma de disciplinas. Como não se indicava para que esses conhecimentos eram necessários, o processo escolar se limitava ao ensino e tinha como subproduto a aprendizagem.

Afinada com seu tempo, a Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, introduziu uma mudança importante quando evitou mencionar disciplinas específicas e optou por indicar o que os alunos deveriam aprender no ensino fundamental e no ensino médio, com destaque para a capacidade de continuar aprendendo. Esse princípio da lei



Guiomar Namó de Mello

é educadora, doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-doutora pela Universidade de Londres



maior da educação brasileira fomentou, ainda nos anos 1990, a consolidação dos sistemas de avaliação em larga escala e a elaboração de diretrizes e parâmetros curriculares. Elaboradas com indicações pouco detalhadas, essas orientações não foram suficientes para expressar com simplicidade e clareza o que os alunos deveriam aprender. Nos anos 2000, uma nova geração de diretrizes para a educação básica foi criada. Infelizmente, ela também tomou a forma doutrinária sem indicações das aprendizagens esperadas. Nos anos 2000, o país vivia um caos curricular.

Há no mundo todo um esforço para caracterizar as aprendizagens básicas. Países tão diferentes quanto Portugal, Austrália, Estados Unidos, Cingapura, Inglaterra e França estão em busca da definição das chamadas “habilidades básicas para o século XXI”, aquelas que todo cidadão e cidadã terá de dominar para viver na complexidade da sociedade da informação. A questão é tão séria para o futuro dos países que o governo francês está chamando esse processo de “refundação da escola republicana”, com toda solenidade que a expressão tem nesse país.

Dois catalisadores contribuíram com a percepção no Brasil de que a BNCC é uma necessidade: o péssimo desempenho do ensino médio e a elaboração do Plano Nacional da Educação, aprovado no ano passado, que provocou amplo debate dos problemas educacionais. A BNCC foi assumida como uma de suas metas, voltada para a melhoria da qualidade do ensino.

Há alguns critérios considerados chave para

avaliar a qualidade de uma BNCC para os currículos brasileiros. Ressalto dois: primeiro, é indispensável fazer um esforço para dar foco à BNCC, identificando aquilo que realmente é essencial. Se tudo for importante, ela será enciclopédica e deixará de ser uma base comum do que todo aluno deverá aprender. Em segundo lugar, esta é uma oportunidade para o Brasil repensar a relação entre o nacional e o local, abandonando a prática de estabelecer, para um e outro, percentagens que são difíceis de medir. Não se conhece outro lugar que adote essa maneira simplista de estruturar o currículo. Uma base nacional pode ser também a parte diversificada e ocupar o espaço que seja necessário para que os alunos alcancem os níveis de proficiência estabelecidos.

Cada lugar do país definirá o que e quanto acrescentará à base, de acordo com suas condições de tempo, recursos humanos e financeiros e infraestrutura física e tecnológica. É possível que em determinado Estado ou município seja pedagogicamente indicado dar mais atividades e conhecimentos de geografia ou de inglês, que fazem parte da BNCC. Ou é possível estabelecer, na parte diversificada, projetos interdisciplinares ou projetos de ensino baseados em conhecimentos previstos na BNCC.

O desenho cuidadoso de uma base comum, contextualizada à análise local que cada Estado e município farão de suas próprias necessidades, poderá constituir um currículo rico e ao mesmo tempo focalizado naquilo que é indispensável à formação de todos os brasileiros. ♦

AUTONOMIA
Tribo da etnia
baré, no
Amazonas. A
base respeitará
as diferenças
regionais
na educação